

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
APRESENTAÇÃO .....	7
PREFÁCIO .....	9
INTRODUÇÃO .....	15

### PARTE I PREMISSAS ESTRUTURAIS

CAPÍTULO 1 – MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO .....	23
1. Importância das garantias e dos princípios constitucionais e suas implicações para o tema.....	23
2. Contraditório .....	26
3. Segurança jurídica .....	29
4. Duração razoável do processo e celeridade: a eficiência processual .....	33

### PARTE II SENTENÇA E DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO

CAPÍTULO 2 – NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DOGMÁTICA DO FRACIONAMENTO DO MÉRITO A PARTIR DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	41
1. Pronunciamentos judiciais .....	41
2. Tratamento e sistemática das sentenças e decisões interlocutórias no Código de Processo Civil de 1973.....	42
3. Em torno da sentença e da impossibilidade de decisões parciais de mérito: dogmas, óbices e superação.....	47
4. Premissas que sustentam o fracionamento do mérito .....	51
5. Tratamento e sistemática das sentenças e decisões interlocutórias no Código de Processo Civil de 2015.....	58
6. Conceito de mérito .....	62
7. Mérito e questões de mérito.....	69

<b>CAPÍTULO 3 – DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO</b> .....	71
1. Decisões parciais e sentenças parciais: distinções terminológicas.....	71
2. Julgamentos parciais: técnicas de fracionamento do mérito.....	72
3. Cumulação de pedidos.....	75
4. Litisconsórcio: cumulação subjetiva e impactos no julgamento parcial.....	84
5. Mérito decomponível.....	88
6. Incontrovérsia do pedido.....	89
7. Condições de imediato julgamento.....	93
8. Ato vinculado do juiz.....	97
<b>CAPÍTULO 4 – TEORIA DOS CAPÍTULOS DA DECISÃO</b> .....	101
1. Introdução à teoria.....	101
2. Visão clássica de Giuseppe Chiovenda.....	102
3. A construção e lapidação por Enrico Tullio Liebman.....	103
4. A proposta de Francesco Carnelutti.....	103
5. Contribuição e influência de Cândido Rangel Dinamarco no Direito brasileiro.....	104
6. Outras construções doutrinárias brasileiras.....	106
7. Aplicabilidade e aceitação da teoria no Código de Processo Civil 2015 e nos tribunais.....	107
8. Teoria dos capítulos da decisão, não somente da sentença.....	110
9. Autonomia e independência de capítulos.....	110
10. Elementos ou preceitos imperativos da decisão.....	111
11. Capítulos principais, acessórios, prejudiciais e preliminares.....	113
12. Capítulos processuais e de mérito.....	116
13. Acomodação de premissas e conceitos.....	117

### PARTE III COISA JULGADA PARCIAL

<b>CAPÍTULO 5 – COISA JULGADA</b> .....	123
1. Origens e evolução histórica na tradição romano-germânica.....	123
2. As principais correntes sobre o conceito da coisa julgada no Brasil e a sua utilidade.....	128
3. Conceito de coisa julgada.....	136
4. A definição de coisa julgada positivada no Direito brasileiro.....	138
5. Coisa julgada formal e material. Distinções tradicionais.....	140

6.	(Ir)relevância doutrinária e prática da coisa julgada formal.....	142
7.	Efeitos ativo e negativo da coisa julgada .....	148
8.	Limites da coisa julgada.....	151
9.	Limites objetivos .....	152
10.	Limites subjetivos.....	156
11.	Limites temporais.....	158
12.	Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	160
<b>CAPÍTULO 6 – FORMAÇÃO DA COISA JULGADA PARCIAL.....</b>		<b>163</b>
1.	Ponto de partida: cisão do mérito .....	163
2.	Cisão do mérito não é necessariamente fracionamento de pedidos cumulados.....	167
3.	Cisão cognitiva: decisão parcial com apreciação do mérito.....	169
4.	Decisão parcial sem apreciação do mérito.....	171
5.	Atividade progressiva da cisão cognitiva e a formação da coisa julgada parcial.....	173
6.	Relação entre coisa julgada parcial e capítulos da decisão.....	177
7.	Tutela antecipada, decisão parcial e coisa julgada: o fim da polêmica (?) ...	179
8.	Encaixe terminológico: coisa julgada parcial x coisa julgada progressiva .....	185
9.	Coisa julgada parcial: (in)ocorrência quando existirem capítulos interligados/dependentes .....	187
10.	Conflito entre coisas julgadas.....	191
11.	A peculiaridade da decisão sobre decadência ou prescrição.....	195

#### PARTE IV REPERCUSSÕES DA COISA JULGADA PARCIAL

<b>CAPÍTULO 7 – REPERCUSSÕES NO ÂMBITO RECURSAL .....</b>		<b>201</b>
1.	Relação entre recorribilidade e coisa julgada parcial: noções gerais e sistematização .....	201
2.	Efeito translativo de recursos e as questões de ordem pública. <i>Reformatio in pejus</i> : (im)possibilidade.....	205
3.	Técnica de ampliação do colegiado (art. 942, CPC): divergência parcial.....	212
4.	Remessa necessária.....	218

<b>CAPÍTULO 8 – REPERCUSSÕES NA AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>223</b>
1. Noções gerais: decisões rescindíveis e pressupostos .....	223
2. Prazos para proposição da ação rescisória.....	225
3. Súmula n. 401 do Superior Tribunal de Justiça: história, fundamentos e posições doutrinárias .....	227
4. Proposta de sistematização de acordo com a identificação da coisa julgada parcial .....	233
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>251</b>